



# As responsabilidades do Judiciário com as prisões

SUPREMO EM PAUTA  
13 agosto 2015 | 18:36

“É chegada a hora do poder judiciário fazer jus às elevadas competências que a constituição lhe outorga e realmente assumir status de Poder de Estado quando os demais Poderes – notadamente o Executivo – estão absolutamente omissos quando ao sistema penitenciário”. Com esta afirmação o ministro Lewandowski corroborou a condenação imposta ao Estado do Rio Grande do Sul para reforma do Albergue Estadual de Uruguaiana.

Partindo de sua experiência como presidente do Supremo e também do Conselho Nacional de Justiça, o ministro relatou as barbáries cometidas nas unidades prisionais país afora: presos imersos em fezes, em celas superlotadas, com doenças e todo tipo de atentado à dignidade humana.

Esse foi o cenário que amparou seu voto, uma forma de conclamação para que o Judiciário cumpra com seu dever de impor à lei ao Executivo, exigindo que a pena de privação de liberdade seja executada com a plena observância das diversas legislações que regulam as condições do sistema prisional, como faz a Constituição, a Lei de Execuções Penais, os tratados internacionais de proteção de direitos humanos e também as resoluções do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

A contundente posição de Lewandowski, acompanhada pelos demais ministros, afirmou que o Judiciário pode – e deve – exigir da Administração Pública que cumpra com seu dever de garantir a integridade das pessoas privadas de liberdade, sem que com isso viole a separação de poderes, já que seria justamente esta a sua missão: fazer cumprir a lei e garantir os direitos fundamentais.

Por outro lado, a ausência de verbas, argumento usado com a forma de reserva do possível, foi considerada uma “absoluta falácia”, geralmente usada pela Administração Pública para imiscuir-se dos seus deveres. Quando há um claro dever jurídico, não haveria espaço para alegação de ausência de verbas.

Ao final, a tese da repercussão geral, que servirá de orientação para todos os demais casos, ficou assim definida: *“É lícito ao Judiciário impor à Administração Pública a obrigação de fazer consistente na adoção de medidas ou obras emergenciais em estabelecimentos prisionais para dar efetividade ao postulado da dignidade humana e para garantir integridade física e moral, nos termos do artigo 5º, XLIX da Constituição, não sendo oponível a decisão o argumento reserva do possível nem o princípio da separação de poderes”*.

Pode parecer estranho condenar o Executivo a cumprir a lei, mas essa orientação pode representar uma grande mudança na postura que o Judiciário deve assumir frente à questão prisional no Brasil. A ausência de verbas e a ingerência indevida do Judiciário nas razões do administrador têm sido argumentos usuais para impedir reformas em estabelecimentos prisionais. Com isso, ao invés de ser parte da solução, o Judiciário era parte do problema, permitindo a perpetuação de graves violações de direitos humanos nas prisões brasileiras.

Como diz o ditado, antes tarde do que nunca. Entretanto, é preciso mais do que isso: o Judiciário é também o responsável pela superlotação, ao usar de forma indiscriminada as prisões provisórias, desdenhando das medidas cautelares. Mesmo assim, é importante ver o Judiciário assumir o papel de fazer cumprir a lei. Avançamos, aos poucos, rumo a um Estado de Direito para todos.

Eloísa Machado de Almeida, professora e coordenadora do Supremo em Pauta FGV Direito SP.

As informações e opiniões expressas neste blog são de responsabilidade única do autor.